IC - Inquérito Civil 06.2015.00005549-8

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio da Promotora de Justiça **Luciana Rosa**, titular da 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de São José, com atribuição para atuar na Defesa do Consumidor, e o estabelecimento comercial **RJU Comércio e Beneficiamento de Frutas e Verduras Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. **78.575.149/0005-10**, sediado na Rodovia BR-101, KM 205, s/n, Boxes 431, 433, 434, 435, Pavilhão D, CEASA, Barreiros, São José/SC, representado neste ato pelo Sr. **Robson Cantu**, brasileiro, empresário, casado, CPF n. 441.436.649-68, residente e domiciliado na Rua Argentina, nº 02, apto. 702, Bairro Jardim das Américas, Pato Branco/PR, Cep: 88501-970, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, ajustam o seguinte:

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 129 da Constituição Federal), assim como a proteção dos interesses difusos, coletivos (artigo 127, incisos III, da CF e artigo 81, incisos I e II, da Lei Federal n. 8.078/90) e individuais homogêneos (artigo 127, inciso IX, da CF e artigos 81, inciso III e 82, ambos do Código de Defesa do Consumidor);

CONSIDERANDO que o artigo 5º, inciso XXXII, da CF impõe que “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor” e que o art. 170 determina que “a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios (...) IV – defesa do consumidor”;

CONSIDERANDO ser direito básico do consumidor a proteção de sua vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos (artigo 6º, inciso I, do CDC);

CONSIDERANDO ser direito básico do consumidor, dentre outros, obter informação clara e adequada sobre os diferentes produtos e serviços (artigo 6º, inciso III, do CDC);

CONSIDERANDO que os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não poderão acarretar riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição (artigo 8º do CDC);

CONSIDERANDO que o fornecedor não poderá colocar no mercado de consumo produto que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança, bem como produto em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes (artigo 10, *caput*, e artigo 39, inciso VIII, ambos do CDC);

CONSIDERANDO que são impróprios ao consumo os produtos nocivos à vida ou à saúde, assim como aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação, os produtos que estejam com prazo de validade vencido ou inadequados ao fim que se destinam (artigo 18, §6º, do CDC);

CONSIDERANDO que o fornecedor responde pela reparação de danos ocasionados aos consumidores, inclusive de caráter difuso (artigo 6º, inciso VI, do CDC), por defeito do produto (artigo 12, *caput*, do CDC);

CONSIDERANDO que se considera defeituoso o produto quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração o uso e os riscos que lhe são inerentes (artigo 12, §1º, inciso II, do CDC);

CONSIDERANDO que o comerciante responde igualmente pela reparação de danos causados aos consumidores, por defeitos constatados nos produtos que comercializa, independentemente da existência de culpa, nos casos em que o produtor não puder ser identificado ou o produto for fornecido sem identificação do

produtor (artigo 13, incisos I e II, do CDC), ao passo que o artigo 18 atribui a solidariedade a todos os partícipes da cadeia produtiva;

CONSIDERANDO a exigência do rastreamento dos alimentos para identificar a origem de um produto em qualquer momento do processo de produção e distribuição, visando atender ao direito do consumidor à informação, preconizado nos artigos 6, inciso III e 31, ambos do CDC, e, mediante identificação, para que se possa efetivamente reprimir o uso irregular de agrotóxicos, de forma a atender a segurança alimentar, uma vez que o consumo de alimentos com resíduos de agrotóxicos proibidos e/ou não autorizados e/ou em quantidade superior aos níveis de tolerância permitidos é potencialmente nocivo à vida e à saúde dos consumidores;

CONSIDERANDO que, dependendo do contexto fático, pode constituir crime contra as relações de consumo vender ou expor à venda mercadoria cuja composição esteja em desacordo com as prescrições legais, ou esteja de qualquer forma impróprio ao consumo (artigo 7º, incisos II e IX, da Lei Federal n. 8.137/90);

CONSIDERANDO a necessidade de avaliar continuamente os níveis de resíduos de agrotóxicos existentes nos alimentos expostos ao consumo, visando à tutela do consumidor quanto à segurança dos alimentos;

CONSIDERANDO a existência do **Programa Alimento sem Risco** no âmbito do Ministério Público, que conta com a parceria das Secretarias de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, da Saúde, do Desenvolvimento Econômico Sustentável, da Segurança Pública, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; do Ministério da Agricultura e do Abastecimento; da Superintendência do IBAMA em Santa Catarina; do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia em Santa Catarina; da Procuradoria Regional do Trabalho em Santa Catarina; e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Santa Catarina (Termo de Cooperação Técnica n. 19/2010), cujo objetivo é estabelecer estratégias de atuação integradas, para coibir o uso indevido de agrotóxicos, fortalecer a economia agrícola e garantir o

direito básico à saúde de agricultores, dos consumidores e da sociedade em geral, bem como o direito a um meio ambiente sadio e equilibrado;

CONSIDERANDO que, em 2012, os relatórios de ensaio **ns. 11485 e 11077**, relativos à amostras de **morango**, analisadas pelo **Laboratório EUROFINs**, coletadas pela VISA-SC no estabelecimento do COMPROMISSÁRIO, detectou **DESCONFORMIDADE** consistente na presença de resíduos do agrotóxico “**Miclobutanil**” e “**Clofernapir**”, por conter resíduo de agrotóxico de uso não autorizado para referida cultura (NA), conforme avaliações toxicológicas do Ministério da Saúde, consoante legislação pertinente, devidamente atestado em Parecer Técnico Interpretativo da CIDASC;

CONSIDERANDO que, em 2013, o laudo de análise **n. 199B/13-01**, relativo à amostras de **pimentão**, analisadas pelo **Laboratório Agrosafety**, coletadas pela VISA-SC no estabelecimento do COMPROMISSÁRIO, detectou **DESCONFORMIDADE** consistente na presença de resíduos do agrotóxico “**Tiametoxam**”, por conter resíduo de agrotóxico acima do limite máximo do permitido (LMR) para a referida cultura, e “**Lambda-Cialotrina**” por conter resíduo de agrotóxico de uso não autorizado para referida cultura (NA), conforme avaliações toxicológicas do Ministério da Saúde, consoante legislação pertinente, devidamente atestado em Parecer Técnico Interpretativo da CIDASC;

CONSIDERANDO que, em 2014, o laudo de análise **n. 18.239**, relativo à amostras de **pimentão**, analisadas pelo **LACEN MG**, coletadas pela VISA-SC no estabelecimento do COMPROMISSÁRIO, detectou **DESCONFORMIDADE** consistente na presença de resíduos do agrotóxico “**Carbendazim**” por conter resíduo de agrotóxico de uso não autorizado para referida cultura (NA), conforme avaliações toxicológicas do Ministério da Saúde, consoante legislação pertinente;

CONSIDERANDO que, em 2014, o laudo de análise **n. 17.910**, relativo à amostras de **mamão**, analisadas pelo ITEP, coletadas pela VISA-SC no estabelecimento do COMPROMISSÁRIO, detectou **DESCONFORMIDADE**

consistente na presença de resíduos do agrotóxico “**imazalil**”, por conter resíduo de agrotóxico acima do limite máximo do permitido (LMR) para a referida cultura, conforme avaliações toxicológicas do Ministério da Saúde, consoante legislação pertinente;

RESOLVEM

Firmar o presente **Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta – TAC** com fulcro no § 6º do artigo 5º da Lei Federal n. 7.347/85, para impedir a comercialização, no âmbito do estabelecimento do COMPROMISSÁRIO, de alimentos com resíduos de agrotóxicos em desacordo com a legislação – uso proibido, uso não autorizado e/ou uso acima do limite máximo de resíduo legalmente permitido –, e contribuir para a implementação do **rastreamento** da origem do cultivo agrícola, visando identificar o responsável pela produção, e para o **monitoramento** da qualidade dos produtos, fixando sua efetividade nas seguintes cláusulas e respectivas sanções:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DIREITO À INFORMAÇÃO

O COMPROMISSÁRIO assume a obrigação de observar a legislação de regência para não expor à venda nem comercializar frutas, legumes, verduras e cereais sem a respectiva rotulagem no próprio alimento ou em qualquer forma de recipiente de transporte ou exposição ao consumidor com fins comerciais, informando, no mínimo: a) identificação do produto; b) nome do produtor; c) data da embalagem ou número do lote; d) registro do produtor (Inscrição Estadual, CNPJ ou CPF) ou código de barras normal ou bidimensional que o substitua; e) Município/UF.

CLÁUSULA SEGUNDA: PREVENÇÃO

O COMPROMISSÁRIO assume a obrigação de fomentar, ante a vigência do princípio da boa-fé nas relações comerciais e consumeristas, a adoção de boas práticas agrícolas pelos produtores/fornecedores de frutas, legumes, verduras e

cereais, como medida eficaz para prevenir riscos à saúde dos consumidores, dos trabalhadores e ao meio ambiente.

CLÁUSULA TERCEIRA: MULTA COMINATÓRIA

O COMPROMISSÁRIO ficará sujeito ao pagamento de multa cominatória no valor de R\$ 990,00 (novecentos e noventa reais) – equivalente ao custo total de três análises laboratoriais –, ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL), **sempre que constatada**:

Parágrafo Primeiro. Desconformidade por laudo de análise laboratorial de amostra, coletada em seu estabelecimento, do mesmo tipo de alimento e do mesmo produtor/fornecedor identificados no presente termo de compromisso;

Parágrafo Segundo. Descumprimento de obrigação assumida na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA QUARTA: REINCIDÊNCIA

A multa cominatória fixada na Cláusula Terceira é cumulativa e incidirá tantas vezes quantas forem as obrigações descumpridas.

CLÁUSULA QUINTA: COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O **MINISTÉRIO PÚBLICO** se compromete a não adotar qualquer medida judicial de cunho civil contra o **COMPROMISSÁRIO** no que diz respeito aos itens acordados, caso este ajustamento de conduta seja integralmente cumprido.

CLÁUSULA SEXTA: FORO

As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente TAC.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso em 3 (três) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, cujas cláusulas têm aplicação imediata, a despeito da remessa posterior ao Conselho Superior do Ministério Público.

São José, 10 de julho de 2015.

Luciana Rosa
Promotora de Justiça

Robson Cantu – RJU Com. e Benef.de
Frutas e Verduras Ltda.

Compromissário

TESTEMUNHAS

Leandro da Silva

Giselle Ferreira Antunes Machado